



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O PAPEL DO EDUCADOR NA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL DOS USUÁRIOS DO CAPS II DE CAJAZEIRAS – PB

Flávio Pereira de Oliveira¹; Leiana Isis Soares de Oliveira²; Paloma Irys da Conceição¹; Hilana Maria Braga Fernandes¹

*Faculdade Santa Maria¹; Universidade Federal de Campina Grande²
flaviofpo@hotmail.com*

RESUMO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades que prestam atendimento a usuários portadores de transtornos mentais no Brasil, e o presente estudo trata-se de um relato de experiência realizado no CAPS II situado na cidade de Cajazeiras – PB, que presta atendimento desde o ano de 2001 e conta com uma equipe de profissionais interdisciplinar, entre esses profissionais, um Educador Social, que junto com toda a equipe realiza um trabalho de reabilitação psicossocial com os usuários buscando desenvolver a autonomia e as capacidades psicomotoras desses sujeitos sem privá-los da sociedade e do que lhes for de direito. Estando cientes da atuação de um profissional Educador na unidade e que muito contribui para o tratamento dos usuários, colocamos enquanto objetivo identificar a metodologia utilizada, e como ocorre o trabalho do Educador Social frente aos usuários através de uma entrevista semi-estruturada. No CAPS II de Cajazeiras, município do sertão do estado da Paraíba, o profissional Educador realiza em uma sala de aula diversas atividades com os usuários sempre os orientando e facilitando a obtenção de conhecimento, tendo em vista as limitações de cada um, que apesar de existirem, não impedem que eles desenvolvam as habilidades que possuem. Além das paredes da classe, o educador faz com que os usuários participem de eventos e conheçam as normas da sociedade, e com muito empenho eles participam e interagem com os cidadãos, sendo reconhecidos e valorizados com mais dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: CAPS, Educador, Reabilitação Psicossocial, Usuários.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, o hospital psiquiátrico era um espaço de tratamento para aqueles reconhecidos como loucos, e não representava nenhum avanço no que diz respeito ao modo de lidar com a questão da doença mental. Diante disso, os manicômios, prisões e conventos funcionavam como estufas para mudar pessoas, permitindo assim, que esses pacientes fossem tidos como segregados, rejeitados, punidos e inválidos (ACIOLY, 2009). Cabe destacar que no Brasil, o projeto substitutivo foi aprovado em janeiro de 1999 (GONÇALVES; SENA, 2001).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é considerado um serviço de atenção em saúde mental que funciona como um substituinte dos hospitais psiquiátricos, visando evitar a internação de pacientes portadores de transtornos mentais por longo período de tempo, tratando-os sem isolá-los de suas famílias e da comunidade como um todo (SCHRANK; OLSCHOWSKY, 2008). Tendo em vista essa política de atendimento, diversas unidades foram implantadas por todo o Brasil, acolhendo, oferecendo atendimento clínico e atividades diárias, evitando a internação e o isolamento social de pacientes com transtornos mentais severos em hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2010). É função do CAPS:

“Prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando assim as internações em hospitais psiquiátricos; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais através de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação e dar suporte à atenção à saúde mental na rede básica. É função, portanto, e por excelência, dos CAPS organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios. Os CAPS são os articuladores estratégicos desta rede e da política de saúde mental num determinado território. Os CAPS devem ser substitutivos, e não complementares ao hospital psiquiátrico. Cabe aos CAPS o acolhimento e a atenção às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento” (BRASIL, 2005, p. 25).

O CAPS possui três modalidades de serviços estabelecidos: CAPS I, atendendo municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes; CAPS II, com capacidade para atender municípios de 70.000 até 200.000 habitantes; e CAPS III, atendendo municípios com população acima de 200.000 habitantes, o serviço também dispõe do CAPSi, atendendo crianças e adolescentes e do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CAPS AD atendendo usuários de álcool e drogas (SILVEIRA; VARGAS; REIS; SILVA, 2011). Todos caracterizados como um serviço de atenção diária, com o objetivo de promover a reabilitação psicossocial dos seus usuários, e compostos por diversos profissionais de variadas áreas de atuação (FIGUEIREDO; RODRIGUES, 2004).

Nesse sentido, o trabalho da equipe de profissionais do CAPS é pautado na busca da reabilitação psicossocial dos usuários deste serviço não só nos momentos de crise, mas em todo o processo de atenção em saúde mental, reconstruindo laços fragilizados e utilizando um plano terapêutico personalizado, levando em conta a situação social do usuário (SCHNEIDER; CAMATTA; NASI, 2007).

Cabe destacar que este processo de reabilitação psicossocial em usuários portadores de transtornos mentais é caracterizado pela facilitação da autonomia de suas capacidades em sua vida cotidiana (JORGE; RANDEMARK; QUEIROZ; RUIZ, 2006), e pelo aumento de suas habilidades pessoais a fim de diminuir as deficiências e os danos causados pelo transtorno mental através de ações voltadas para o aumento dessas capacidades e diminuição desses danos, reinserindo a pessoa na sociedade (SARACENO; AUTOORGANIZACIÓN, 2006).

Cabe destacar ainda que é de responsabilidade dos serviços que prestam atendimento a pessoas com deficiências mentais, voltar sua atenção não somente para os sintomas de determinados transtornos, mas também para as questões relacionadas à moradia, trabalho, educação, lazer e ao convívio social desses sujeitos (SALLES; BARROS, 2013).

Na cidade de Cajazeiras, município do sertão do estado da Paraíba, com 53.446 habitantes, o CAPS foi inaugurado no dia 04 de outubro de 2001, atendendo outros dois municípios, Cachoeira dos Índios e Bom Jesus, ambos no estado da Paraíba, ultrapassando assim a população de 70.000 habitantes. São atendidos usuários que utilizam o serviço todos os dias da semana (pacientes intensivos), os que utilizam o serviço pelo menos duas vezes na semana (pacientes semi-intensivos), e os que fazem uso apenas uma vez no mês (pacientes não intensivos). Esta unidade conta com uma equipe interdisciplinar, composta por um médico psiquiátrico, um assistente social, um profissional em enfermagem, três técnicos de enfermagem, uma psicóloga, e um Educador Social, realizando um trabalho de reabilitação psicossocial com o portador de transtorno mental, independente de suas deficiências ou transtornos mentais, a fim de reaproximá-lo ao máximo do convívio social, de forma



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que ele possa conviver tranquilamente consigo mesmo, com a família, com a sociedade e com a humanidade.¹

Estando cientes da atuação do Educador Social após a execução de um projeto de pesquisa na instituição em questão, após a realização de duas visitas à unidade, nos propomos a apresentar de forma mais específica o seu papel enquanto profissional e sua importância no processo de reabilitação psicossocial dos usuários frequentadores do local, objetivando explicar como se dá a realização de seu trabalho junto aos portadores de transtorno mental, bem como suas práticas e métodos utilizados.

METODOLOGIA

A proposta metodológica para a construção deste trabalho está situada em uma abordagem explicativa do estudo de campo, que segundo Gil (2008) procura o aprofundamento a respeito de alguma realidade por meio de uma observação direta do grupo estudado, e das entrevistas feitas aos que podem ceder informações para que seja possível obter explicações e interpretações do que ocorre na realidade em que se encontram.

Com base nessa afirmação foram realizadas 02 (duas) visitas ao CAPS II de Cajazeiras – PB e por meio de observações exploratórias das atividades desenvolvidas pelo Educador Social com os usuários do CAPS II, foi possível identificar semelhanças e diferenças comparando o trabalho do educador na sala de aula padrão e na educação não-formal, desenvolvida em projetos sociais educativos que buscam a inclusão social. O foco do ensino no CAPS II vai além dos conhecimentos teóricos repassados em uma sala de aula padrão, buscando relacionar questões que interliguem os usuários e suas subjetividades e a sociedade.

Selecionamos o CAPS II de Cajazeiras – PB como local de coleta de dados. E após observar a aplicação de tarefas elaboradas pelo Educador Social, realizamos uma entrevista semi-estruturada com o mesmo. Uma vez que, combinando as perguntas de forma fechada e aberta, para ele pudesse explicar sobre o seu trabalho e as questões decorrentes que norteiam a reabilitação dos usuários. Tais como a atuação e participação da família, a estrutura da instituição, e a equipe multiprofissional que o auxilia nas atividades de terapia ocupacional. E ao fugir do foco da pesquisa nas perguntas, pudemos retornar a ele através das perguntas fechadas. Buscamos compreender

¹ Informações fornecidas verbalmente pela coordenadora do local.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

como o educador se enxerga enquanto profissional atuante no CAPS. Todos os questionamentos aqui formulados fundamentam-se nas informações obtidas através do estudo de campo e suas técnicas de pesquisa, tais como a observação, e a entrevista já citadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos diversos profissionais que prestam serviço no CAPS II de Cajazeiras – PB, o profissional Educador, licenciado em História e funcionário efetivo do município, atua no CAPS por volta de um ano. Junto com os demais profissionais do local realiza um trabalho de terapia ocupacional, área de conhecimento e prática de saúde que considera as atividades humanas como um meio de construção do homem, e a partir das relações que ele estabelece na realização dessas atividades, busca entendê-lo sempre contemplando ações relacionadas ao auto-cuidado, lazer, educação e trabalho, tornando real o contato entre os aspectos subjetivos dos usuários e a realidade em que ele se encontra, possibilitando diversas formas de expressão (BARROS, 2010).

Todo o trabalho realizado tem o intuito de permitir a todos os usuários do local que eles desenvolvam sua autonomia, corroborando com Jorge, Randemark, Queiroz e Ruiz (2006), que trazem a questão de que faz parte do processo de reabilitação social essa facilitação da autonomia, e consequentemente das habilidades de cada um.

Durante os dias em que o Educador Social se encontra no CAPS, reunido com usuários em uma sala de aula, desenvolve seu trabalho de acordo com as particularidades de cada usuário do local, em suas aulas teóricas compartilha os conhecimentos adquiridos em sua formação da maneira mais compreensível possível, e permite que os usuários participem e se expressem das mais diversas formas, seja de forma oral, apresentando dúvidas ou respondendo perguntas, seja em forma de desenhos, recortes e colagens ou outras atividades sob a instrução do educador.

O Educador também orienta, independente do transtorno mental, sobre algumas questões que fazem parte do dia-a-dia de cada um, como por exemplo, o conhecimento e o respeito aos sinais de trânsito enquanto pedestres; ser gentil com os demais; aguardar e esperar sua vez em uma fila com muitas pessoas; manter e desenvolver um diálogo agradável com todos; e tudo o que está relacionado à vida social que é de direito dos seres humanos, fazendo com que o usuário seja reinserido na sociedade, como bem coloca Saraceno e Autoorganización (2006), tendo em vista que a sociedade muitas vezes trata a pessoa acometida por algum tipo de deficiência mental como



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“Louco”, termo pejorativo usado para designar pessoas com algum sofrimento psíquico, e que sempre foram tratados como excluídos, tendo seus direitos cassados, bem como sinônimos de perigo e incurabilidade (SILVA, 1995).

O Educador Social também promove junto ao CAPS alguns eventos como a “Semana do Trânsito”, onde todos os usuários participam adquirindo e aprimorando conhecimentos acerca do trânsito, além de acompanhar todos eles para outros eventos do município, onde eles interagem com todos os outros cidadãos. É notável ainda uma preocupação com a inserção da família no acompanhamento do usuário por parte do Educador, ressaltando a importância da família nesse processo de reabilitação. O Educador destaca que todo o trabalho do CAPS com os usuários obteria uma melhoria caso houvesse uma continuidade do que é trabalhado no Centro de atenção Psicossocial no seio familiar, e se os parentes dos usuários mostrassem determinação e compromisso em frequentar a instituição e buscar acompanhar o tratamento do paciente.

Os usuários são comumente rotulados de loucos, são discriminados, sofrem preconceitos e violência quando em contato direto com os ditos “normais” que não compreendem que eles também são seres pensantes, dotados de capacidades e qualidades específicas. O Educador Social elaborou uma atividade de campo que envolveu os usuários, a visita deles a cidade de Juazeiro do Norte – CE, especificamente ao “horto do padre Cícero”, tornou possível trabalhar a religiosidade, suas diferenças, algum traço na geografia do local, não de forma complexa como na sala de aula, mas simplificando o assunto, mantendo o respeito pelo ritmo de cada um. Além de despertar neles suas próprias crenças, as pessoas tidas como “normais” passam a vê-los de uma forma menos incompreensiva. Pois há uma ruptura ainda que parcial e lenta de que indivíduos com transtornos mentais são agressivos, e devem ser mantidos fora do convívio social, em total isolamento com o mundo exterior que o cerca tão questionado na luta anti-manicomial.

Sabemos que toda sociedade é regida por leis. Infringir essas regras seria uma ameaça à harmonia de vida dos demais indivíduos a ela pertencentes. No entanto os tidos como “normais” burlam essas leis mais do que aqueles que na visão deles não entendem o contexto social e sua estrutura. É contraditório a esse pensamento que um usuário do CAPS II recolha materiais recicláveis que pessoas comuns jogam nas ruas, sem a menor preocupação com o meio em que vivem, ainda que sabendo de todas as regras que as norteiam. Ao educador fica a tarefa de trabalhar



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

em equipe para que a vida dos usuários se torne a mais comum possível, respeitando as suas limitações e refletindo o conceito de normalidade por outro viés.

CONCLUSÕES

O CAPS como um serviço substitutivo durante a reforma psiquiátrica e tendo também por finalidade a inclusão de seus usuários na sociedade de uma forma geral, e na rotina familiar promovendo uma melhor qualidade de vida para estes, o papel do Educador torna-se de extrema importância. Percebe-se que o Educador, mais que apenas transmitir conhecimentos didáticos, deve, portanto, promover essa inserção dos usuários na sociedade levando sempre em consideração as dificuldades dos mesmos.

Torna-se assim notório que a prática de atividades ocupacionais, como é desenvolvida no CAPS de Cajazeiras – PB é crucial para o melhor entendimento de normas e regras sociais (como por exemplo, as normas de trânsito) por parte dos usuários. Atividades como as que são desenvolvidas nesta instituição além de promover a inserção dos usuários faz com que a sociedade de forma geral possa notar que estas pessoas têm condições de levar uma vida ‘normal’, considerando sempre as limitações de cada indivíduo.

Vale ressaltar dois pontos de suma importância, o primeiro é a família, uma vez que, os usuários desse tipo de serviço substitutivo tem uma melhora significativa quando a família demonstra compromisso com os mesmos. E o segundo ponto é que a sociedade, não está isenta de sua responsabilidade ético-moral neste processo.

Concluimos que é imprescindível que todos se conscientizem de que os usuários do CAPS assim como todo e qualquer ser humano em sofrimento psíquico merece, antes de tudo, respeito, e ignorá-los não diminui o problema. O Estado, a sociedade civil de forma geral, assim como também os profissionais inter e multidisciplinar e as famílias devem se unir para promover uma melhor reabilitação psicossocial destes sujeitos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Y. **Reforma psiquiátrica: construção de outro lugar social para a loucura?**. Universidade Federal do Parana, 2009.
- BARROS, M. M. M. **Atuação da terapia ocupacional no Centro de Atenção Psicossocial-CAPS de Sobral-Ceará**. Revista Ceto. 12. (12). 62-75, 2010.
- BRASIL. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. **Painel de Indicadores do SUS, nº07**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- FIGUEIREDO, V. V.; RODRIGUES, M. M. P. **Atuação do psicólogo nos CAPS do estado do Espírito Santo. Psicologia em Estudo. Universidade Estadual de Maringá.** 9 (2), 173-181, mai./ago, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, A. M.; SENA, R. D. **A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família**. Rev latino-am Enfermagem, 9 (2), 48-55, 2001.
- JORGE, M. S. B.; RANDEMARK, N. F. R.; QUEIROZ, M. V. O.; RUIZ, E. M. **Reabilitação Psicossocial: visão da equipe de Saúde Mental**. Revista Brasileira de Enfermagem, 59 (6), 734-739, 2006.
- SALLES, M. M.; BARROS, S. **Representações sociais de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial e pessoas de sua rede sobre doença mental e inclusão social**. Saúde e Sociedade, 22(4), 1059-1071, 2013.
- SARACENO, D.; AUTOORGANIZACIÓN, U. M. **A proposta de reabilitação psicossocial de Saraceno: um modelo de auto-organização?**. Revista Latino-am Enfermagem, 14 (3), 448-56, 2006.
- SCHNEIDER, J. F.; CAMATTA, M. W.; NASI, C. **O trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial: uma análise em Alfred Schutz**. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre, dez; 28 (4): 520-6, 2007.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SCHRANK, G.; OLSCHOWSKY, A. **O centro de Atenção Psicossocial e as estratégias para inserção da família.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP.* 42 (1): 127-34, 2008.

SILVA, M. M. D. D. **O "louco" cidadão, o técnico reconstruído: a humanização da psiquiatria.** *Revista Brasileira de Enfermagem,* 48(2), 188-188, 1995.

SILVEIRA, M. S.; VARGAS, M. M.; REIS, F. P.; SILVA, P. **Caracterização dos usuários com esquizofrenia e outros transtornos psicóticos dos Centros de Atenção Psicossocial.** *Cad. Saúde Colet.* 19 (1): 27-32, 2011.